

Currículo, poder e lutas educacionais: com a palavra, os subalternos

Curriculum, power and educational struggles: in the words of the subordinates

Simone de Figueiredo Cruz*

Pedagoga, Psicopedagoga, Mestre em Educação pela UCDB – linha Diversidade Cultural e Educação Indígena. Atua com formação pedagógica no CEESPI/MS. Docente na pós-graduação, na UCDB, Libera Limes e instituição no interior de MS. Pesquisadora colaboradora externa do NEPPI – Núcleo de Estudos e Pesquisa das Populações Indígenas / UCDB e Psicopedagoga Clínica.
e-mail: simonefc66@hotmail.com

APPLE, Michael W. ; BURAS, Kristen L. *Currículo, poder e lutas educacionais: com a palavra, os subalternos*. Porto Alegre: Artmed, 2008. 296 p. ISBN 978-85-363-1054-1

Palavras-chave: Culturas e Identidades. Subalternos. Relação de Poder.

Obra organizada em três grandes partes com subdivisões, as quais apresentam diferenciadas disputas entre grupos dominantes e subalternos para definir o que conta como conhecimento, em contextos nacionais e internacionais. Os autores e colaboradores provocam a reflexão sobre as tensas histórias de lutas dos grupos oprimidos, em relação à dominação e imposição etnocêntrica cultural no contexto do colonialismo da América do Norte e em outros contextos internacionais. Estas tensões e exclusões perduram até hoje, exaltando os brancos em detrimento a descendentes nativos. Os autores trazem inquietações de pesquisadores sobre a ausência das vozes dos excluídos, se eles podem falar? E se são ouvidos?

Essas relações políticas sociais adentram o campo da educação aumentando a complexidade da realidade. A questão que os autores levantam é imperativa a educadores críticos, indagando afinal – “tem mais valor o conhecimento de quem?” Levanta o debate sobre a perspectiva, a experiência e a história privilegiada no currículo e nas instituições de modo geral. O cenário deste debate é iluminado pela distribuição desigual do poder político, econômico e cultural que caracteriza os Estados Unidos transcendendo outras nações.

A intenção é ilustrar a complexidade das lutas entre grupos com diferentes níveis de poder, influenciando a construção do conhecimento e a apropriação de recursos na área da educação, enfatizando quais as

possibilidades e limitações da ação subalterna.

O termo “subalterno” empregado na obra é baseado na concepção de Gramsci, por considerá-lo um entendedor do poder das lutas culturais e pela profunda influência na pesquisa e na ação crítica educacional. Partindo da história, subalterno se refere a pessoas de classes mais baixas, e, nas anotações de Gramsci – “cadernos do cárcere”, era um código para grupos oprimidos por conta da censura.

Segundo os autores, esta conceitualização de subalterno anunciou um futuro nos estudos culturais, trazendo novas histórias na visão de quem vem de baixo, fundamental às teorias críticas educacionais. Subalternos são aqueles submetidos a relações de poderes desiguais, “poder” este mais pelo consentimento do que pela força. Os subalternos são mobilizados com base em formas coletivas de consciência crítica.

A obra é uma excelente reflexão sobre a luta educacional, discutem-se as dinâmicas da identidade e poder. Levanta-se a complexidade do ato dos subalternos falarem e o que se considera como fala e como os grupos dominantes reagem. É neste campo do falar e do silenciar, das inter e intrarrelações dos grupos com poder desigual que se situam as tensões e negociações de poder.

Apresenta a compreensão de Boal, ativista teatral brasileiro, que cada um de nós pode usar muitas “máscaras” e participar de muitos “rituais”, isto é, nossas identidades e ações são múltiplas e complicadas. Enfatiza que assumimos diversos posicionamentos em eixos variados de poder e

dentro de um nexo de relações e contextos inconstantes. A linha que separa opressor e oprimido nem sempre é clara, sinalizando a vida em fronteiras. Mostra também, na educação, que a dominação e a subalternidade se misturam e se confundem, criando teias de interrelações baseadas nas questões de classe, raça, gênero...

O foco da obra é trazer à tona o esforço dos atores subalternos para falar e as questões relacionadas sobre o que contam e como falam. Falar aqui não só pela palavra, mas de várias formas: corpos para esculpir e produzir um visual de opressão, assim como o agir ou não agir.

Os textos possibilitam a reflexão sobre como os grupos dominantes e subalternos “falam” no teatro da educação, lembrando que as lutas educacionais estão intrinsecamente vinculadas aos conflitos econômicos, políticos e culturais mais amplos. Estas influências constituem o palco em que se encena o teatro político da educação.

Ao perguntar – “o conhecimento de quem tem mais valor?” evoca uma política de identidade que considera os avanços nos trabalhos de identidade e os debates que esse conhecimento produziu. Esses debates favoreceram melhor compreensão sobre o que envolve o subalterno e traz de volta a questão de Spivak – “os subalternos podem falar?” Isso levanta questões relevantes para o trabalho com a subalternidade em estudos educacionais críticos.

Apoiados em Hall, sobre as relações entre identidade, voz e poder, reconceitua o sujeito (subalterno) em uma nova posição, deslocada ou descentralizada. Reformula e reorganiza os conceitos de identidade e de

cultura, para iluminar os debates sobre o que conta como conhecimento nas escolas. Esta obra favorece a compreensão dos limites e possibilidades dos grupos subalternos falarem e agirem dentro da educação.

Os autores articulam uma análise das maneiras como as diferentes formas de dominação atuam, com um foco específico nos espaços criados, como os grupos subalternos podem reafirmar suas identidades, culturas e histórias. Assim, esperam participar da construção de escolas que conduzam a uma “nova ordem” radicalmente democrática.

Apresenta exemplos de projetos desenvolvidos em meio a “guerras culturais” nas escolas. Revela como um currículo relacionado com as vidas dos estudantes pode abrir espaços para um aprendizado que reconheça como valiosas as culturas dos grupos subalternos. Essa pedagogia é relevante para discutir sobre o poder das formas culturais dominantes que divide as pessoas entre as aceitas e intrusos nas instituições educacionais.

Desta forma, de que modo grupos dominantes e subalternos intervêm nos circuitos de produção, distribuição e recepção curriculares? As coletividades influenciam a produção e circulação do conhecimento e reinterpretam as representações que permeiam a vida escolar. Os colaboradores apresentam as contestações, concessões e reconstruções relacionadas às políticas curriculares e educacionais. Os avanços dos estudos sobre os subalternos e pós-coloniais revelam a importância de entender as relações interconectadas e inconstantes entre a “periferia” e o “centro”, especialmente em termos de disputas sobre o conhecimento.

Apple retoma idéias de Paulo Freire, de quando esteve no Brasil, sobre a importância da educação começar no diálogo crítico. Este diálogo se faz importante tanto em relação às experiências internas como às externas à nação, para aprender com outras realidades.

Esta obra tem o propósito de articular as respostas, a voz, a identidade e o conhecimento de quem tem mais valor diante das condições políticas, econômicas e culturais. Analisa as lutas dos grupos subalternos por reconhecimento cultural e redistribuição econômica nos diversos contextos educacionais e explora como essas relações intervêm na produção e distribuição do currículo.

Na primeira parte – “Os subalternos falam: na voz de quem? Os colaboradores articulam as seguintes ideias: Buras identifica e analisa iniciativas curriculares e movimentos educacionais no cenário dos Estados Unidos. Apple avalia os papéis de gênero tradicionais para as mulheres, as influências do acesso às novas tecnologias e o crescimento da escolarização em casa. Esclarece as contradições nos movimentos conservadores que posicionam a mulher como subserviente e, ao mesmo tempo, as identidades de atores poderosos. Pedroni examina a formação de identidade e a ação de países afroamericanos de baixa renda envolvidos no programa de vale-educação. Os cuidadores influenciam os sujeitos de maneira complexa, contraditória e criativa. Nesta primeira parte, instiga-se o leitor à compreensão das políticas da subalternidade em relação às forças agressivas da modernização conservadora, apontando o risco de se esquecer as disputas

justificáveis desses grupos que estão entre os mais oprimidos cultural, econômica e politicamente, nos Estados Unidos e em outros países. O foco é prestar atenção às vozes e às disputas dos grupos que sofrem opressões.

Na segunda parte – “Os subalternos falam: contexto americano”, os colaboradores concentram-se no posicionamento e na participação de grupos subalternos. Martinez mostra a complicada relação entre o conhecimento “branco” obrigatório e o conhecimento “vermelho” (indígena) opcional, revelando como a dominação, as concessões e as resistências ocorrem. Jovens indígenas que estudam em escolas públicas enfrentam conflitos e tensões na sua existência individual e coletiva como povos indígenas, desafiando as decisões curriculares que o estado colonizador determina como conhecimento. Bernal apresenta um protesto de chicanos e a política de identidade contra um currículo racista, de desigualdade de recursos e de qualidade inferior de educação em determinadas escolas. Discute-se o que significa “falar” no nível popular, através da luta dos chicanos pelo direito de incluir sua cultura, sua história e sua língua no currículo. Por meio da liderança cooperativa, reconhece a dimensão da liderança popular e a importante presença da mulher chicana na liderança dos levantes. Kumashiro faz uma reflexão sobre a dinâmica racial e sexual do contexto pós 11 de setembro. As reformas engendram assimilação que estimula a conversão, a omissão e o disfarce, sobrecarregando as identidades dos subalternos. A educação e seus problemas devem ser analisados com

as lentes da detração, do medo e da assimilação. Segundo o autor, elas nos convidam a ler os problemas de diferentes maneiras, especialmente, questionadoras. Aronowitz apresenta como o interesse militar e empresarial contaminam a produção, a distribuição e a recepção do conhecimento no ensino superior em detrimento de meios mais esclarecidos do ensino e da pesquisa. Neste segundo momento, os textos revelam possibilidades e contradições envolvidas na maneira como esses grupos resistiram ou se organizaram com base em determinadas identificações e espaços disponibilizados por forças progressivas e conservadoras.

Na terceira parte – “Os subalternos falam: contextos internacionais” –, os colaboradores analisam a importância da subalternidade para produção, distribuição e reconstrução do conhecimento escolar fora do contexto americano. Favorece a compreensão dos elementos específicos de como as disputas ocorrem em outros contextos internacionais. Os autores lembram que grande parte dos que reivindicam o centro para si mesmo, o faz fora de suas fronteiras. Chen documenta conflitos de países que lutaram pelo reconhecimento da história, da língua e da cultura nativa nos currículos escolares. Essa análise discute a força dos movimentos oposicionistas para reconstruir o currículo e a identidade influenciando a ação do Estado. Essa luta pela incorporação cultural e pela reconstituição da identidade marca disputa por novas políticas educacionais, quanto à produção e mudança do conhecimento legítimo, neste caso, nacionalizando a cultura chinesa.

Gandin analisa iniciativas subalternas em Porto Alegre, Brasil. Enfatiza como comunidades oprimidas rearticularam discursos neoliberais sobre concorrência internacional e devolução de responsabilidades, num projeto da Escola Cidadã. Aponta o quão difícil é ouvir as vozes subalternas em contextos neoliberais, tornando-as muitas vezes ruídos. Mas, aqui, um grupo de vozes subalternas conquista espaço na política pública e o grande ensinamento é que “não existe um modelo que possa ser reproduzido em qualquer lugar”. É sempre necessário traduzir a proposta à realidade cultural, democratizando a gestão, a escola e o conhecimento. A qualidade está pautada na capacidade de gerar um currículo inserido na cultura local, envolvendo o pensamento crítico e a transformação social. Buras e Motter trazem ao leitor o desafio de imaginar e desenvolver um currículo que estimule uma variedade de solidariedades, que promova os interesses dos subalternos em âmbito local, nacional e global. A possibilidade que o multiculturalismo cosmopolita subalterno pode fazer é ajudar os estudantes a desenvolver a capacidade de pensar e agir de formas contra-hegemônicas, dentro e através das fronteiras, algo desafiador e nada fácil. Nesta parte, os autores indicam pontos de partida para a reflexão, diálogo e ações.

No capítulo que fecha a obra, Apple e Buras colocam várias questões sobre o

reconhecimento cultural e como elas podem nos ajudar a entender melhor as complexidades, as contradições, os limites, os perigos e as possibilidades das lutas educacionais. Não fecham com conclusões, mas deixam espaço para os debates que são fundamentais para ações mais reflexivas, produtivas, efetivas e bem-sucedidas no enfrentamento das complicadas relações de dominação e subordinação existentes nas sociedades. Sobre a questão inicial – “os subalternos podem falar?” Os autores esclarecem que não é um simples sim ou não. Apontam que, nas relações de poder desiguais e em lutas educacionais díspares, há uma variedade de limites e possibilidades. A iniciativa foi avaliar os espaços encontrados sem romantismos e os mais táticos, estratégicos e democráticos possível, pensando sempre dentro e através das fronteiras para a reconstrução crítica e democrática do currículo, da escolarização e do teatro da educação, em sentido amplo.

Trata-se de uma publicação que revela estudos críticos em educação e, por isso, muito oportuna para que se tenha uma visão menos romântica das questões envolvidas na política da subalternidade, tornando possíveis compreensões e intervenções estratégicas mais efetivas. Considero uma leitura indispensável para os atuais e futuros professores e pesquisadores da temática e, por que não, como fonte para trabalhos de conclusão de cursos.

Recebido em 20 de maio de 2009.

Aprovado para publicação em 10 de junho de 2009.

